



Trajatória da mulher no mercado de trabalho brasileiro

A entrada das mulheres no mercado de trabalho começou com a Primeira Guerra Mundial, quando elas tiveram que ir à busca do sustento da família enquanto seus companheiros forçadamente tiveram que ir para guerra, elas trabalhavam em serviços que até então eram executados por seus companheiros.. As indústrias absorveram a mão-de-obra feminina visando reduzir custos salariais. Com o tempo, esse processo se tornou contínuo e persistente, refletindo mudanças significativas na participação feminina na economia. No Brasil, o aumento da atividade feminina tem impactado a composição da força de trabalho.

A participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil passou por diferentes fases ao longo da história. Nos Censos de 1872 e 1900, o nível de ocupação para as mulheres era de aproximadamente 73%, o que indica um alto índice de participação na força de trabalho. Entretanto é importante nos atentarmos que uma grande parte dessas mulheres estava ocupada com o trabalho doméstico, não remunerado, o que não era contabilizado naquela época como emprego. (PAULA, 2013)

A partir do ano de 1920, ocorreu uma considerável redução nas taxas de mulheres no mercado de trabalho, que estava em torno de 17%. Essa diminuição pode ser explicada pelo fato de que, nas primeiras pesquisas, as mulheres que desempenhavam trabalhos domésticos não remunerado eram categorizadas como empregadas domésticas ou costureiras, o que distorcia os dados. (PAULA, 2013)

Nos anos 1990, durante a crise econômica, houve um aumento do ingresso das mulheres no mercado de trabalho informal, uma tendência destacada pela autora Leone (2017). Setores como emprego doméstico remunerado, educação, saúde e trabalhos por conta própria em pequenos estabelecimentos e serviços pessoais foram os principais destinos das mulheres nesse período. (PAULA, 2013)

Entre 2004 e 2014, foi um período de considerável progresso no que diz respeito ao emprego formal para as mulheres, marcando uma das maiores conquistas desse intervalo de tempo. De acordo com a Organização das Nações



Unidas (ONU) Mulheres (2016), a parcela de mulheres em empregos formais cresceu de 26,2% para 36,0%. Esse avanço é atribuído a políticas públicas eficazes, evidenciadas pelo aumento de 18,0% no emprego com carteira assinada e pela redução de 9% no emprego doméstico não regulamentado. Esses números claramente destacam os impactos positivos das políticas destinadas ao mercado de trabalho feminino durante esse período. (AMORIM, 2022)

Ao longo do período de 2004 a 2014, o mercado de trabalho brasileiro presenciou mudanças estruturais significativas, incluindo um aumento na formalização, o que trouxe benefícios para as mulheres. Essas mudanças possibilitaram avanços importantes na inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Com a recuperação da atividade econômica, muitas das mulheres que estavam fora do mercado de trabalho conseguiram um trabalho, o que resultou em um aumento de 5,1 milhões na população economicamente ativa (PEA) feminina, um crescimento de aumento, um percentualmente maior do que o aumento da população economicamente ativa (PEA) masculina, que foi de 14,5%. (AMORIM, 2022)

No contexto do emprego formal, houve uma pequena redução na diferença salarial entre homens e mulheres entre 2004 e 2014. Conforme é apresentado na Síntese de Indicadores Sociais 2015 (IBGE, 2015), em 2004, as mulheres empregadas em trabalhos formais recebiam, em média, 72,3% do salário médio dos homens, aumentando ligeiramente para 76,9% em 2014 (R\$ 1.763,00 em comparação com R\$ 2.293,00 ao final do período). No entanto, no setor informal, a diferença salarial era ainda maior: 63,1% em 2004 e 65,2% em 2014 (R\$ 887,00 em comparação com R\$ 1.361,00 ao final do período).(COTRIM, 2020)

A crise econômica de 2016 parece ter influenciado o aumento da participação feminina na força de trabalho. Enquanto a taxa de participação masculina diminuiu de 72,5% para 72% entre 2014 e 2018, para as mulheres, houve um aumento de 50,9% para 52,9% (IBGE, 2019). Esse aumento foi mais pronunciado entre as mulheres negras, sugerindo uma tentativa de reinserção em um mercado de trabalho com alto desemprego, onde as oportunidades são limitadas principalmente a empregos informais e precários, como o trabalho



Observatório de Economia – OBECON UFMS
Escola de Administração e negócios– Esan
Curso de Ciências Econômicas
<https://obecon.ufms.br/>

doméstico sem carteira assinada. A crise afetou especialmente a população mais pobre, menos educada e negra. (AMORIM, 2022)

Como é destacado por Albanesi e Kim (2021), "as recessões nos Estados Unidos geralmente resultam em uma queda mais acentuada no emprego masculino do que no feminino" (citado por Doepke e Tertilt (2016) e Albanesi (2019)). Isso sugere que, historicamente, os homens são mais afetados pelo desemprego cíclico do que as mulheres, devido a diferença dos tipos de ocupações entre os gêneros.

Alon et al. (2020) afirmam que os homens tendem a trabalhar em indústrias fortemente impactadas por desacelerações econômicas padrão, como manufatura e construção, enquanto as mulheres estão concentradas em setores menos cíclicos, como saúde, cuidados e educação. No Brasil, por exemplo, conforme os indicadores sociais das mulheres publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021, entre as mulheres com 14 anos ou mais de idade que estavam empregadas na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (PNAD) Contínua em 2019, 85,1% trabalhavam no setor de Serviços, enquanto entre os homens essa proporção era de 59,5%. (COTRIM, 2020)

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (PNAD), no ano de 2023 o Brasil registrou um recorde histórico na ocupação feminina no mercado trabalho, com 43.380.636 mulheres empregadas, superando os números de 2022, que contavam com 42.675.531 mulheres ativas.

Ao analisarmos os dados por setor, observamos que as mulheres ocupam mais posições nos setores de educação, saúde humana e serviços sociais, com 9.683.770 trabalhadoras, seguido pelo setor de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, com 7.938.651, e, por último, Serviços Domésticos com 5.538.94.



Observatório de Economia – OBECON UFMS
Escola de Administração e negócios– Esan
Curso de Ciências Econômicas
<https://obecon.ufms.br/>

Referências

COTRIM, Luisa Rabioglio; TEIXEIRA, Marilane; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil**. Instituto de Economia, Unicamp, 2020.

AMORIM, Anna Beatriz Borges de. **Mulheres no mercado de trabalho: uma análise regional dos efeitos da pandemia da covid-19 sobre a desigualdade de gênero no Brasil**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasil.

PAULA, Andressa Bauermann de. **A participação de mulheres em cargos de chefia**. 2013.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**, 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**, 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IPEA. **Retratos das desigualdades de gênero e raça - 1995 a 2015**. Brasília: Ipea, ONU Mulheres, 2017.

Mulheres no Mercado de Trabalho: Uma Evolução Constante Rumo à Igualdade. Disponível em:

<<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-no-mercado-de-trabalho-uma-evolucao-constante-rumo-a-igualdade>>.

Acesso em: abr. 2024.

IBGE. **IBGE | Biblioteca | Detalhes | Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2015**. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=295011>>. Acesso em: abr. 2024



Observatório de Economia – OBECON UFMS
Escola de Administração e negócios– Esan
Curso de Ciências Econômicas
<https://obecon.ufms.br/>

Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - Ipea. Disponível em:
<<https://www.ipea.gov.br/retrato/>>.

Síntese de Indicadores Sociais | IBGE. Disponível em:
<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>>.

Texto elaborado por:

Isabelly Ferreira de Souza, Júlia Nogueira Yonaha e Raiany Aparecida Leonel Ferreira. Acadêmicas do quinto período do curso de Ciências Econômicas – ESAN/UFMS.

Supervisão Profa. Dra. Luciane Carvalho do curso de Ciências Econômicas ESAN/UFMS.